

Trabalho assalariado, agricultura de subsistência e estrutura agrária no Brasil: uma análise histórica *

GERVÁSIO CASTRO DE REZENDE **

Discute-se neste trabalho a política de imigração em massa de europeus, na transição do trabalho escravo para o trabalho livre no café, levantando-se a hipótese de que essa política tenha cumprido o papel de um "mecanismo de oferta ilimitada de mão-de-obra" para a expansão cafeeira. Voltando-se já agora para a transição na economia açucareira nordestina, procura-se mostrar de que modo a concentração da propriedade da terra naquela região condicionou a formação do "sistema de morador", que substituiu o escravismo. Analisa-se também, no sistema de colonato e no sistema do morador, a interligação da produção de subsistência da força de trabalho com a oferta da mão-de-obra e nível de salário na atividade comercial-exportadora.

1 — Introdução

Tem este trabalho por objetivo a discussão do papel desempenhado pelas relações sociais de produção, e as subjacentes relações de propriedade com os meios de produção, da forma que surgiram após a abolição do escravismo no Brasil, na determinação dos pontos

* Este trabalho, preparado originariamente para ser apresentado na 29.^a Conferência Anual Latino-Americana da Universidade da Flórida (Gainesville, Flórida, 1.^o a 4 de outubro de 1979), baseia-se em grande parte nos Capítulos V e VI de G. C. de Rezende, "Plantation Systems, Land Tenure and Labor Supply: An Historical Analysis of the Brazilian Case with a Contemporary Study of the Cacao Regions of Bahia, Brazil", tese de doutorado apresentada à Universidade de Wisconsin em 1976. Agradeço a M. Smolka, que contribuiu com comentários para uma versão anterior. A versão atual beneficiou-se muito das críticas e sugestões oferecidas pelo corpo editorial desta revista.

** Do Instituto de Pesquisas do IPEA.

seguintes: a) as condições da oferta de trabalho aos setores (dominantes) de exportação da agricultura brasileira; e b) as condições técnicas de produção de artigos de primeira necessidade, ou “bens de subsistência”.

O material histórico é apresentado nas Seções 2 e 3, focalizando-se, respectivamente, o caso do café no Sudeste e o da cana-de-açúcar no Nordeste. Na Seção 2, após descrevermos com alguns detalhes a política de subsidiamento da imigração européia (principalmente italiana), salientamos sua importância decisiva para a constituição das relações de produção que vieram a ser conhecidas como sistema de colonato. Levantamos, em particular, a hipótese de que essa política tenha cumprido o papel de um engenhoso mecanismo de “oferta ilimitada de mão-de-obra” na expansão cafeeira, ou seja, que o nível de renda real da força de trabalho tenha sido tornado independente do nível da demanda de mão-de-obra. Procuramos ressaltar, além disso, o significado e implicações da combinação, no colonato, de salário monetário no café e cessão de terra para produção de alimentos pelo colono, o que implicou uma não-identidade entre o custo da mão-de-obra para a fazenda e a renda real total apropriada pelo colono.

Ainda que este ponto não seja aqui desenvolvido,¹ caberia notar que, subjacente a essa experiência da zona cafeeira, de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, encontrava-se, certamente, a baixa densidade populacional e a virtual impossibilidade de se restringir à população livre o acesso à terra, pela ausência, típica de zonas de “fronteira”, de um sistema cristalizado de propriedade da terra. Na Seção 3, por outro lado, essa experiência de transição é contrastada com a da zona canavieira do Nordeste, mediante o argumento de que, já agora na premissa de uma elevada concentração da propriedade da terra, um modo semelhante de alocação de mão-de-obra (e determinação de seus custos para a *plantation*), não obstante, surgiu na produção de cana-de-açúcar dos engenhos. Neste caso, o sistema de emprego de mão-de-obra veio a ser conhecido como o de “morador de condição”.

¹ Ver, mais adiante, pp. 194-195 e nota de rodapé 30.

Tanto na Seção 2 como na 3, um aspecto ao qual é atribuída grande importância em nossa análise dessas relações sociais de produção é o resultante atraso técnico (relativo) da produção de alimentos. Constituirá um dos argumentos básicos deste trabalho dizer que o nível técnico da produção de alimentos refletia estreitamente as *condições sociais* da produção para exportação.²

Na Seção 4, a última deste trabalho, sugerimos, como corolário das análises das seções anteriores, que os paradigmas representados pelo modelo dualista e pela “parábola” neoclássica contêm aspectos que os tornam inadequados à análise dessa experiência brasileira.

2 — Surgimento do sistema de colonato na lavoura cafeeira — 1884/1914

2.1 — A expansão da produção de café e a imigração européia

Conforme se pode observar na Tabela 1, as exportações de café na década de 1910 atingiram um nível três vezes superior ao ocorrido na de 1880. Uma vez que o cafeeiro só começa a produzir o fruto após o quarto ano, é claro que a expansão iniciou-se em fins da década de 1880 e especialmente na de 1890. Segundo se vê na última coluna, prevaleceram preços relativamente altos nesse período de expansão da capacidade produtiva.

Nessa conjuntura de preços favoráveis, a expansão da lavoura cafeeira ocorreu tendo por base uma nova forma social de trabalho, com o sistema de colonato substituindo a escravidão. Além disso, essa grande expansão ocorreu depois que importantes melhoramentos técnicos foram introduzidos nos meios de transporte e nas

² No período analisado, o açúcar nordestino já não pode ser chamado, estritamente, de uma cultura de exportação. Para não nos determos neste ponto, convém considerar essa atividade como de exportação *regional*.

TABELA I

Brasil: exportação de café — 1880/1913

Anos	Volume (1.000 Sacas)	Valor (Em Contos)	Valor (Em 1.000 Libras Esterlinas)	Preço (Em Libras Esterlinas)
1881	3.660	126.134	11.604	3,17
1882	4.081	104.753	9.553	2,34
1883	6.687	122.643	10.817	1,61
1884	5.316	130.083	11.681	2,29
1885	6.238	152.434	13.140	2,10
1886	5.436	124.792	9.671	1,77
1887	6.075	186.925	14.543	2,39
1887 *	1.694	74.411	6.958	4,10
1888	3.444	103.205	10.857	3,15
1889	5.586	172.258	18.953	3,39
1890	5.109	189.894	17.850	3,49
1891	5.373	284.167	17.561	3,26
1892	7.109	441.443	22.028	3,09
1893	5.307	452.326	21.712	4,09
1894	5.582	499.615	20.884	3,74
1895	6.720	543.336	22.385	3,33
1896	6.744	524.338	19.663	2,91
1897	9.463	525.682	16.506	1,74
1898	9.267	465.664	13.830	1,49
1899	9.771	470.993	14.459	1,48
1900	9.155	484.342	18.889	2,06
1901	14.760	509.598	23.979	1,62
1902	13.157	409.841	20.327	1,54
1903	12.927	384.298	19.976	1,47
1904	10.025	391.587	19.958	1,99
1905	10.821	324.681	21.421	1,98
1906	13.966	418.400	27.616	1,97
1907	15.680	453.764	28.559	1,82
1908	12.658	368.285	23.039	1,82
1909	16.881	533.870	33.475	1,98
1910	9.724	385.493	26.696	2,74
1911	11.258	606.529	40.461	3,58
1912	12.080	698.371	46.558	3,85
1913	13.268	611.690	40.779	3,07

FONTE: *Anuário Estatístico do Brasil, 1939, 1940*, compilado por D. H. Graham, "Migração Estrangeira e a Questão de Oferta de Mão-de-Obra no Crescimento Econômico Brasileiro — 1880-1930", in *Estudos Econômicos*, vol. 3, n.º 1 (1973), pp. 23-24.

*Segundo semestre.

atividades de processamento.³ Em conjunto, essas mudanças sociais e técnicas devem ter afetado positivamente as condições de oferta de café, contribuindo, por conseguinte, para a situação favorável de mercado.⁴

Esse aumento das exportações de café teve origem predominantemente em São Paulo, onde se localizavam a “fronteira” e as zonas cafeeiras “maduras”. Somente ali surgiu, também, o colonato.⁵ Tal sistema de trabalho, ao que parece, desenvolveu-se com grande rapidez, tendo sua concepção e implementação ocorrido numa ocasião em que o movimento abolicionista parecia ter adquirido características irreversíveis, destruindo por completo a base econômica e financeira da produção baseada no braço escravo.⁶ Por outro lado,

³ Discussões detalhadas do “salto”, a partir de um sistema de tropas de mulas para a estrada de ferro, constam de Emilia V. Costa, *Da Senzala à Colônia* (São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966), pp. 154-176; Maria S. C. Franco, *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (São Paulo: Editora Ática, 1974), pp. 60-61; Stanley Stein, *Vassouras: A Brazilian Coffee County, 1850-1900* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1957), pp. 91-110; e Warren Dean, *Rio Claro: A Brazilian Plantation System, 1820-1920* (Stanford: Stanford University Press, 1976) (nossas referências, no entanto, foram extraídas do manuscrito, pp. 63-68). Progressos técnicos do processamento após a colheita do café são descritos em Costa, *op. cit.*, pp. 178-188.

⁴ Para uma análise histórica do mercado do café, incluindo o período focalizado acima, ver A. Delfim Netto, “O Problema do Café no Brasil”, in *Ensaio sobre Café e Desenvolvimento Econômico* (Rio de Janeiro: IBC, 1973).

⁵ Para a ausência de colonos nas velhas zonas cafeeiras no Vale do Paraíba, ver Stein, *op. cit.*, pp. 250-276. Com base em documentos estaduais sobre o destino dos imigrantes, demonstrou Holloway que: “O economicamente estagnado Vale do Paraíba recebeu apenas um punhado [deles].” Ver Thomas H. Holloway, “Migration and Mobility: Immigrants as Laborers and Landowners in the Coffee Zone of São Paulo, Brazil, 1885-1934”, tese de doutorado (Universidade de Wisconsin, 1974), p. 245.

⁶ “... O golpe final nos plantadores de café foi a recusa de bancos e prestamistas privados de aceitar escravos como garantia de empréstimos. A última hipoteca em Rio Claro baseada em propriedade de escravos tem a data de 17 de dezembro de 1886.” Ver Dean, *op. cit.*, p. 242. Um acentuado declínio nos preços dos escravos no período 1881/87, face a taxas de aluguel de escravos relativamente constantes, foi comprovado por Pedro C. Mello, “The Economics of Labor in Brazilian Coffee Plantations, 1850-1880”, tese de doutorado (Universidade de Chicago, 1975), Cap. V. Tal resultado, argumenta o autor, era de ser esperado numa situação em que a escravatura se encontrava em um processo

aconteceu que à época em que a abolição foi oficialmente decretada (1888) — sancionando uma situação *de facto* — os fazendeiros aparentemente já haviam iniciado a introdução em larga escala de “colonos” na lavoura. “Em 1887, o ano decisivo da crise de mão-de-obra, tornou-se evidente que São Paulo, principalmente em virtude do esquema de importação do governo provinciano, estava de tal modo abastecido de imigrantes que os escravos não eram mais essenciais à continuação de sua prosperidade. A escravidão, na verdade, estava transformando-se numa espécie de ameaça à classe dos fazendeiros em virtude da desordem que acompanhava seu desmoronamento”.⁷

A Tabela 2 mostra o grande aumento da imigração européia para São Paulo, processo este que se iniciou em fins da década de 1880, e seu impacto sobre a imigração total para o Brasil. Provou-se já que o *timing* e o volume do fluxo migratório acompanharam bem de perto as necessidades de mão-de-obra da lavoura cafeeira, expandindo-se em períodos de altas de preços e contraindo-se em ocasiões de depressão.⁸ Além disso, calculou-se que o volume de mão-de-obra associado a tal imigração, apenas, excedeu o trabalho necessário para cultivo e colheita do café, deixando uma margem substancial para a expansão do plantio de novos cafeeiros, de tal modo que, “após os primeiros anos de rápida expansão, as fazendas não poderiam ter continuado a absorver o influxo de mão-de-obra

de desintegração social, perdendo sua legitimidade e tornando-se economicamente “moribunda”. O papel dos próprios escravos nesse processo foi enfatizado, no caso de Rio Claro, por Dean, *op. cit.*, Cap. V, em uma importante contribuição à crescente literatura sobre o assunto, mas cujo tratamento se situa além do escopo deste trabalho.

⁷ Michael M. Hall, “The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914”, tese de doutorado (Universidade de Columbia, 1969), pp. 109-110. Conclusões semelhantes foram alcançadas por Holloway, *op. cit.*, pp. 157-164, e Robert Conrad, *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888* (Berkeley: University of California Press, 1972), pp. 257-262. Conquanto reconheça que os plantadores de café haviam “sobrevivido à tempestade”, Dean frisa, contudo, que: “Só ... quando a escravatura estava já em colapso é que medidas foram tomadas em São Paulo pelos plantadores para substituir a mão-de-obra do campo.” Ver Dean, *op. cit.*, p. 271.

⁸ Holloway, *op. cit.*, pp. 169-175.

TABELA 2

Imigração para o Brasil e São Paulo — 1882/1914

Anos	Imigração Total para o Brasil	Imigração Estrangeira para São Paulo
1882	29.589	2.743
1883	34.015	4.912
1884	24.890	4.868
1885	35.440	6.500
1886	33.486	9.534
1887	130.056	32.112
1888	133.253	91.826
1889	65.246	27.664
1890	103.474	38.291
1891	216.110	108.688
1892	86.203	42.061
1893	134.805	81.755
1894	60.985	44.740
1895	167.678	136.142
1896	158.132	94.987
1897	145.778	94.540
1898	78.100	42.674
1899	54.529	28.367
1900	40.300	21.035
1901	85.306	70.348
1902	52.204	37.831
1903	34.065	16.553
1904	46.164	23.761
1905	70.295	45.839
1906	73.672	46.214
1907	67.787	28.900
1908	94.695	37.278
1909	85.410	38.308
1910	88.564	39.486
1911	135.967	61.508
1912	177.387	98.640
1913	192.683	116.640
1914	79.232	46.624

FONTE: Holloway, *op. cit.*, p. 168.

não fosse uma taxa alta concorrente de rotatividade da mão-de-obra e saída de trabalhadores da área cafeeira”.⁹

Para esse resultado foi crucial a adoção de uma política de subvenção dos custos de transportes dos imigrantes. Nessa base, todo e qualquer aumento da demanda de mão-de-obra “traduzia-se... em aumento do financiamento do recrutamento, transporte e distribuição dos trabalhadores”.¹⁰ O peso financeiro relativo desses subsídios pode ser apreciado pelo fato de que as autoridades provincianas, para pagarem as passagens dos imigrantes, contrataram em Londres, no ano de 1888, um empréstimo no valor de 7,000 contos (£ 749,000), “que representava quase o dobro da receita anual do governo de São Paulo”. Cerca de três quartos do orçamento normal do Estado nos anos de 1887-88, além disso, foram reservados para subvencionar a imigração.¹¹ O papel do orçamento de São Paulo, conquanto importante nos primeiros anos do programa, pouco depois foi assumido pelo Governo Federal, uma vez que fazendeiros paulistas ocupavam postos-chave no gabinete.¹² Na Tabela 3 temos as despesas de ambos os níveis de governo com a implementação dessa política.

A Tabela 4, por outro lado, não deixa dúvida quanto à relação entre o aumento da imigração para o Brasil e a política de subsídios.

Nos termos da política de imigração, cabia ao Governo todos os custos das passagens de trabalhadores agrícolas da Europa até São Paulo. O subsídio limitava-se a famílias, e só os adultos recebiam passagem inteira. Além disso, havia preferência por famílias com

⁹ *Ibid.*, p. 255 (ver, especialmente, pp. 248-258, para uma apresentação da análise que resultou nessa conclusão).

¹⁰ *Ibid.*, p. 172.

¹¹ Peter L. Eisenberg e Michael M. Hall, “Labor Supply and Immigration in Brazil: A Comparison of Pernambuco and São Paulo”, trabalho apresentado nas reuniões da I.A.S.A. (Madison, Wisconsin, 1973), p. 12.

¹² Para discussões detalhadas do papel dos plantadores em elaborar e, usando seu poder político, implementar tal política, inicialmente através da Sociedade Promotora de Imigração, financiada pelo Governo e dirigida pelos fazendeiros e, mais tarde, pelo próprio governo estadual, e, finalmente, envolvendo o Governo Federal, ver Hall, *op. cit.*, pp. 81-115, e Holloway, *op. cit.*, pp. 126-152.

TABELA 3

Subsídios à imigração para o Brasil — 1885/1913

Anos	Montante em Libras Esterlinas		Total
	Governo Federal	Governo de São Paulo	
1885	80.430,78	28.343,82	180.774,01
1886	160.619,27	88.172,13	194.179,40
1887	251.734,00	299.447,62	551.181,62
1888	405.395,21	304.383,88	709.779,09
1889	703.153,53	17.541,18	720.694,71
1890	327.322,21	83.918,70	411.240,91
1891	1.224.275,18	37.382,66	1.281.657,84
1892	346.374,96	75.565,31	421.940,27
1893	301.319,60	180.554,46	481.874,06
1894	99.067,25	51.318,40	150.385,65
1895	339.878,38	301.398,25	641.276,63
1896	679.561,38	175.406,26	854.967,64
1897	30.887,30	190.619,57	221.506,87
1898	40.485,88	82.039,20	122.525,08
1899	7.942,15	70.607,19	78.549,34
1900	75.213,94	44.685,92	119.899,86
1901	203.601,51	213.326,18	416.927,69
1902	6.953,19	104.444,84	111.398,03
1903	6.465,11	11.882,60	18.347,71
1904	9.616,73	34.001,00	43.617,73
1905	12.863,59	210.056,91	222.920,50
1906	14.144,17	176.027,37	190.171,54
1907	90.363,36	105.180,15	195.543,51
1908	644.364,02	126.363,15	770.727,17
1909	1.000.350,24	164.787,66	1.165.137,90
1910		209.943,90	
1911		240.512,47	
1912		400.489,20	
1913		441.129,34	

FONTE: Graham, *op. cit.*, p. 35.

TABELA 4

*Imigrantes entrados em São Paulo com ajuda de subsídios
— 1889/1913*

Anos	Total de Imigrantes	Número de Subsidiados	Proporção de Subsidiados (%)
1889/1893	298.727	281.180	94
1894/1898	433.625	321.046	74
1899/1903	184.346	96.912	53
1904/1908	195.903	71.200	36
1909/1913	366.847	146.117	40

FONTE: *Boletim da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração*, n.º 1 (outubro de 1937), da forma compilada por Graham, *op. cit.*, p. 49.

uma alta proporção de membros em idade de trabalhar. Nesse processo de seleção, rigorosamente observado, os fazendeiros deliberadamente procuravam garantir o volume máximo de trabalho, ao mesmo tempo que se preservava a unidade familiar, aspecto este que se tornaria de crucial importância para o sistema de colonato. Além disso, as unidades familiares promoviam maior estabilidade da força de trabalho e tornavam mais difícil reunir a soma necessária para custear o preço relativamente alto de uma passagem de volta.¹³

Ao chegarem a Santos por via marítima, quase todos os imigrantes *subsidiados* (mas não os que vinham por conta própria) eram encaminhados por via férrea para a Hospedaria dos Imigrantes, situada na capital do Estado. Esta instalação, construída em 1886, com a capacidade de atender no máximo a 4.000 pessoas, foi obrigada a alojar nos primeiros anos até 10.000 imigrantes, “num estado de confusão, privação e frustração”. Mal conhecendo as condições reinantes nas fazendas, deviam assinar “contratos de colonato” com

¹³ Para uma exposição detalhada da mecânica do sistema, bem como de sua eficácia em trazer *famílias*, ver Holloway, *op. cit.*, pp. 202-223 e 238-243. O programa de imigração dos plantadores é discutido também em Hall, *op. cit.*, pp. 92-103.

fazendeiros que para ali afluíam procedentes de todo o Estado. Rigorosas medidas de segurança, por outro lado, “eram cumpridas a fim de assegurar que imigrante algum deixasse o local sem autorização e que ninguém lá entrasse a não ser em negócio oficial. Imigrantes e cônsules queixaram-se de que o sistema de segurança transformava a Hospedaria numa prisão, da qual a única fuga era através da assinatura de um contrato como colono e a tomada de um trem para o interior”.¹⁴ As informações disponíveis indicam que a grande maioria dos imigrantes “processados” através da Hospedaria dirigiram-se realmente para o platô cafeeiro do oeste do Estado.¹⁵

Estudando-se cada aspecto desse sistema, não podemos fugir à conclusão de que constituiu expressão de uma campanha persistente, deliberada, dos fazendeiros para solucionar de uma maneira particular seu “problema de mão-de-obra”. Do começo ao fim, a política de imigração mostrou sua coerência no encaminhamento de *trabalhadores* para as fazendas; até mesmo a “atenção superficial” prestada à criação de núcleos de pequenos lavradores adquiriu “certa utilidade retórica, porquanto admitia a alegação de que os imigrantes que desejassem se transformar em pequenos proprietários podiam facilmente consegui-lo”. Martinho Prado, o fazendeiro que liderou todo o processo, não disfarçava sua hostilidade para com os núcleos, afirmando que “o estabelecimento de núcleos vai interferir na necessidade de abastecer de trabalhadores as fazendas”.¹⁶

A eficácia do sistema, por outro lado, baseava-se na disponibilidade de pessoas “que eram indigentes ou quase por ocasião de sua

¹⁴ Holloway, *op. cit.*, pp. 231-232, apresenta uma descrição detalhada do funcionamento do serviço de imigração, após a chegada dos imigrantes a Santos (ver, especialmente, pp. 223-248, bem como Hall, *op. cit.*, p. 119).

¹⁵ Holloway, *op. cit.*, p. 245.

¹⁶ Hall, *op. cit.*, p. 101. Nas palavras de Holloway, *op. cit.*, p. 366: “O Governo de São Paulo manteve em atividade seu programa de núcleos parcialmente para fins de propaganda, a fim de indicar uma alternativa visível ao trabalho do colono...” Curiosamente, os plantadores consideravam-nos “vivciros de mão-de-obra”. Ver Holloway, *op. cit.*, pp. 334-368, e Dean, *op. cit.*, pp. 317-321. Enquanto descreve as condições precárias desses núcleos, Dean cita mais um papel desempenhado por eles, isto é, “salvar os membros influentes mas falidos da elite governante”.

partida da Europa".¹⁷ O vínculo entre essa situação econômica e a sua transformação em supridores de trabalho para as fazendas foi claramente percebido por Martinho Prado, o qual observou que, "por ora, só os indivíduos sem recursos, afligidos pela necessidade em todas as suas formas, emigram para o Brasil, e o fazem procurando obter uma passagem gratuita ou a preço reduzido..."¹⁸ "Imigrantes com dinheiro", declarava sem reboços Martinho Prado, "não nos são úteis".¹⁹ Significativamente, a questão agrária e a crise econômica que assolavam a Itália atraíram profunda atenção de Prado em uma visita a esse país em 1887.²⁰

A Tabela 5 mostra que esses "indigentes" provinham sobretudo do sul da Europa. Até o início do século, predominaram os italianos. Em 26 de março de 1902, pelo Decreto Prinetti, foi proibida a emigração para o Brasil com passagens pagas de antemão — "um espinho nas relações brasileiras-italianas durante muitos anos". Dessa data em diante, outras nacionalidades substituíram os italianos.²¹

A Itália havia-se tornado, desde a unificação, um país de forte emigração. No período de 1886/90 apenas, um total de 1.100.000 pes-

¹⁷ Holloway, *op. cit.*, p. 141. Este mesmo autor conclui (nas pp. 375-377) que "... as pessoas que se dirigiam para São Paulo tendiam a provir dos estratos econômicos baixos dos grupos que emigraram para o Novo Mundo. Os plantadores paulistas organizaram o programa de subsídios na década de 1880 com a intenção explícita de importar trabalhadores tão carentes de meios de produção que não teriam alternativa senão trabalhar nas fazendas". Ou, como disseram outros autores: "O Brasil procurou e recebeu imigrantes nos últimos degraus da pobreza — tão pobres que nem podiam comprar suas próprias terras nem abrir pequenos negócios, sendo em vez disso obrigados a trabalhar nas plantações." Ver Eisenberg e Hall, *op. cit.*, p. 13.

¹⁸ Da forma citada por Holloway, *op. cit.*, pp. 141-142.

¹⁹ Hall, *op. cit.*, p. 102.

²⁰ Para referências às atividades de Prado em sua visita à Itália, ver Tereza S. Petrone, "Imigração Assalariada", in Sérgio B. de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira* (São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967), vol. II, tomo 3, pp. 282-283.

²¹ Holloway, *op. cit.*, p. 191. Já em 1889, em virtude de notícias sobre as condições dos colonos, foram suspensas as "ajudas artificiais" à emigração para o Brasil. Esta ordem foi revogada em julho de 1891, voltando a entrar em vigor ao tempo em que Prinetti foi primeiro-ministro. Ver Holloway, *op. cit.*, pp. 189-192.

TABELA 5

Composição da imigração anual bruta para o Brasil — 1884/1913

Períodos	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Outros
1884/1893	57,8	19,3	11,7	11,2
1894/1903	62,4	18,2	11,8	7,6
1904/1913	19,5	38,2	22,3	20,0

FONTE: Graham, *op. cit.*, p. 22.

soas deixaram o país, tendo a maioria delas (60%) cruzado o Atlântico. Nos cinco anos seguintes, entre 1891 e 1895, o Brasil assumiu a liderança como país receptor, com 330.000 italianos, ao passo que os totais referentes à Argentina e Estados Unidos situavam-se em 259.000 e 170.000, respectivamente.²² Dada a prolongada crise econômica italiana na década de 1880 e até 1896, a conjuntura de recessão nos Estados Unidos e Argentina, quando somada à política de subsídio, pode ter desempenhado um papel decisivo na emigração maciça para o Brasil. O fato, além disso, de que um declínio simultâneo das atividades industriais e agrícolas assumiu grandes proporções no norte da Itália é altamente significativo, uma vez que, sobretudo até princípios da década de 1900, a maioria dos imigrantes que aqui chegaram procedia da parte norte da Península.²³

²² J. Balan, "Migrações e Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio de Interpretação Histórico-Comparativa", in *Estudos CEBRAP*, n.º 5, pp. 15-16. Para dados semelhantes, ver Graham, *op. cit.*, pp. 21-22.

²³ Graham, *op. cit.*, pp. 14-28. Para a composição segundo região de origem dos imigrantes italianos, ver Holloway, *op. cit.*, p. 186. Referências adicionais à crise econômica italiana são apresentadas por Hall, *op. cit.*, pp. 119-121, Holloway, *op. cit.*, pp. 187-189, e Dean, *op. cit.*, p. 272.

Parece, assim, que os fazendeiros tiveram “sorte” pelo fato de a crise de mão-de-obra em São Paulo coincidir com o que um economista italiano classificou de “os anos mais críticos da economia italiana”.²⁴ Desta maneira, condições objetivas de privações e sofrimentos na Itália deram aos fazendeiros — que controlavam sem contestação a máquina do Estado no Brasil — liberdade quase completa na formulação e implementação da política de imigração que mais lhes convinha. Como resultado da maneira como aproveitaram tal liberdade, “em comparação com uma base populacional de um milhão e duzentos e cinquenta mil habitantes (em 1886), aproximadamente dois e meio milhões de imigrantes chegaram a São Paulo desse ano até princípios da década de 1930”.²⁵

2.2 — Política de imigração e “oferta ilimitada de mão-de-obra”

Para sermos exatos, esses números adquirem importância aqui apenas porque a grande maioria dos imigrantes, pelo menos nos seus primeiros anos em São Paulo, teria sido na verdade fornecedora de força de trabalho às fazendas de café. Na medida em que se fizeram contínuas as novas chegadas de gente analogamente “indigente”, através da política de imigração, introduziu-se dessa maneira, para qualquer dada taxa de expansão da produção, um poderoso mecanismo para manter salários reais constantes, operado pelos próprios fazendeiros. Este papel da política, e sua compreensão pelos próprios fazendeiros, tem sido destacado na literatura especializada. Por isso mesmo, a principal tese de Hall é que “a principal finalidade do programa de imigração de São Paulo... era o mais amplo de inundar o mercado de trabalho em um esforço, na maior parte bem sucedido, para manter baixos os salários”,²⁶ ao passo que Leff obser-

²⁴ Da forma citada por Hall, *op. cit.*, p. 119.

²⁵ Holloway, *op. cit.*, p. 1. Nesse período, cerca de um milhão de pessoas partiram de Santos, de modo que o impacto da imigração é, às vezes, reduzido ao número “líquido” de um milhão e meio. Conforme observa Holloway, *op. cit.*, pp. 175-181, contudo, isto é falacioso, porquanto o crescimento demográfico da população imigrante precisa ser incluído na análise.

²⁶ Hall, *op. cit.*, p. 165.

va que "... induziria ao erro ignorar o fato de que o principal efeito da imigração em grande escala consistiu em aumentar a oferta de mão-de-obra e exercer uma pressão descendente sobre os salários".²⁷ Em veia semelhante, diz Holloway que em face da concorrência entre os fazendeiros — dada a liberdade de movimento do trabalhador dentro da estrutura do sistema de colonato — a "mão-de-obra abundante" logo se transformou em alvo dos fazendeiros:

"As autoridades do governo de São Paulo estavam bem conscientes das estreitas relações entre imigração, repatriação, tamanho da força de trabalho disponível e níveis salariais dos colonos. Desde o início do programa de imigração em massa houve um esforço deliberado para importar trabalhadores em tais números que a concorrência entre eles mantivesse relativamente baixos os salários e fornecesse mão-de-obra abundante para a expansão da indústria cafeeira."²⁸

Seria particularmente interessante, neste ponto, contar com informações suficientes sobre os níveis salariais vigentes no trabalho cafeeiro nesse período, de maneira a poder esclarecer melhor a relação entre a política imigratória e o mercado de trabalho. Na Tabela 6 apresentamos a evidência colhida na literatura.²⁹ Além de nos parecerem insuficientes, deve-se notar que se trata de taxas salariais nominais, e por isso seu significado não pode ser apurado antes que as ondas inflacionárias do período sejam analisadas mais cuidadosamente.

²⁷ Nathaniel H. Leff, "Economic Retardation in Nineteenth Century Brazil", in *The Economic History Review*, vol. 25, n.º 3 (agosto de 1972), p. 494.

²⁸ Holloway, *op. cit.*, p. 270. Nas palavras de Hall, *op. cit.*, p. 133: "O ponto crucial do sistema de São Paulo... não foi a coerção dos trabalhadores, mas, sim, a criação de uma força de trabalho barata e dócil graças à importação maciça de imigrantes."

²⁹ Ver Hall, *op. cit.*, pp. 142-147, para uma discussão desses dados e evidência adicional, que levou o autor (na p. 172) a concluir que: "... O mínimo que se pode dizer é que os italianos trabalharam para criar uma prosperidade espetacular da qual raramente participaram. A situação dos imigrantes na São Paulo rural, por exemplo, era com toda probabilidade pior em 1914 do que fora trinta anos antes..." Utilizando registros autênticos da Fazenda Santa Gertrudes, Dean, *op. cit.*, p. 291, apresentou também dados cobrindo o período 1886/1916.

TABELA 6

Salários nas fazendas de café de São Paulo — 1884/1920

Anos	Carpa (Por 1.000 Árvores)	Colheita (Por 50 Litros)	Diária, Trabalho Eventual
1884	50\$	500\$	
1886	80	400	
1888	50	300	
1890	60	300	
1895	90	600	
1898	90	680	
1899	85	650	
1901	65	500	2\$500
1904	60	450	2\$000
1906	80	500	2\$000
1909	70	500	2\$000
1912	100	600	2\$500
1914	80	400	2\$500
1915	100	500	2\$500
1916	95	500	2\$500
1917	95	500	2\$500
1918	95	600	2\$500
1919	100	600	2\$500
1920	120	600	2\$500

FONTES: Hall, *op. cit.*, p. 186, para o período 1884/1914, e Holloway, *op. cit.*, p. 100, para o período 1915/20 e também para a última coluna (diárias). Os dados de Holloway, *op. cit.*, p. 99, contudo, provêm de uma “única fazenda representativa”.

Não obstante essa impossibilidade de fundamentação empírica — e até mesmo, em parte, para mostrar a relevância de mais pesquisa histórica sobre esse ponto — parece-nos possível propor a hipótese de que a política de imigração teria constituído um mecanismo de criação de “oferta ilimitada de mão-de-obra”, entendida, à la Lewis, como uma característica do mercado de trabalho pela qual o nível de salário não varia com a demanda de mão-de-obra. Por essa hipótese, o papel crucial da política imigratória teria sido o de tornar a expansão do setor cafeeiro independente das condições históricas

qué, no Brasil (em especial nas próprias zonas cafeeiras, dadas as suas características de “fronteira”), regulavam a oferta de trabalho *assalariado* às fazendas de café.³⁰ No que se refere à experiência cafeeira, esta hipótese lança luz sobre a seguinte questão proposta por Myint na análise da experiência de integração dos “países tropicais subdesenvolvidos” à economia mundial no século XIX:

“Se aplicássemos ao mercado de trabalho a análise comum de demanda e oferta, deveríamos esperar observar um nível geralmente mais alto de salários em países escassamente povoados do que nos densamente povoados. Deveríamos esperar também que o nível salarial demonstrasse uma tendência ascendente nos períodos de rápida expansão da produção que exigisse mais trabalho. Esses resultados foram em geral confirmados nas regiões recém-colonizadas da América do Norte e Austrália. Mas, quando nos voltamos para os países tropicais subdesenvolvidos... com populações esparsas em comparação com as terras disponíveis, os esperados resultados não ocorrem. Nestes locais, donos de minas e *plantations* queixam-se de ‘falta de mão-de-obra’. Mas os salários que pagam nos países esparsamente povoados não são visivelmente mais altos do que os que se pagam nos países superpovoados. Além disso, esses salários tendem a permanecer em seus níveis iniciais a despeito da rápida expansão da produção para exportação das minas e plantações.”³¹

³⁰ Por questões de espaço, a discussão dessas condições — a despeito de sua relevância para uma análise mais completa do surgimento do “sistema de colonato” — não é apresentada neste trabalho. Ver, contudo, G. C. de Rezende, *op. cit.*, pp. 132-169, para uma análise do período de produção do café com mão-de-obra escrava, incluindo uma discussão das tentativas de substituir o escravo pelo trabalhador livre, antes da abolição, bem como da questão da ausência de oferta de mão-de-obra assalariada pelos pequenos produtores livres.

³¹ H. Myint, *The Economics of Developing Countries* (Nova York: Praeger, 1971), pp. 53-54. Leff, *op. cit.*, p. 490, expressou nas palavras seguintes o mesmo paradoxo: “A despeito de oferta abundante de terra *in natura* e altas razões terra-trabalho, o Brasil do século XIX não se desenvolveu como uma economia de salários relativamente altos... Mesmo nas atividades agrícolas de exportação mais avançadas, as técnicas de produção parecem ter sido extremamente primitivas”. Ver também Nathaniel H. Leff, “Tropical Trade and Development in the Nineteenth Century: The Brazilian Experience”, in *Journal of Political Economy*, vol. 81 (1973), pp. 678-695.

Cabe chamar a atenção, por outro lado, para um aspecto que deve ser levado em conta com relação à verificação empírica desta hipótese. O salário, no colonato (como a seção seguinte analisará), adquiriria um significado próprio, devido à combinação do trabalho no café com a produção de subsistência pelos colonos em terra cedida pela fazenda. Tal característica do colonato — e também, como veremos na Seção 3, do sistema do morador — implicava uma não-identidade entre o custo da mão-de-obra para a *plantation* — apenas uma parte do qual era representado pelo salário — e a renda real total do colono. Torna-se assim uma questão complexa inferir, do comportamento dessa forma específica de salário, a situação de oferta e procura no mercado de trabalho: com efeito, esse salário pode, digamos, num período de *boom*, estar apresentando uma elevação, sem que ao mesmo tempo a renda real total da força de trabalho esteja se elevando, mas apenas como parte de um mecanismo de transferência de trabalho da atividade de subsistência para a atividade comercial-exportadora.³²

2.3 — Uma análise econômica do sistema de colonato

As necessidades de trabalho nas fazendas consistiam na *carpa* (capina de ervas e plantas rasteiras), na colheita, na abertura e plantação de novos campos com cafeeiros (formação de cafezal), no processamento dos frutos, na manutenção e benfeitorias, etc. Contudo, pelo fato de que o trabalho dos colonos nas fazendas restringia-se tipicamente à carpa e à colheita de cafeeiros em produção, apenas essas atividades serão incluídas na discussão que se segue. Conquanto a faina atribuída ao colono fosse realizada sem fiscalização, o processamento dos frutos e os trabalhos de manutenção e construção

³² A propósito, convém notar que essa especificidade da forma salário no colonato não vem sendo devidamente levada em conta por alguns autores que se utilizam de dados de salário rural em São Paulo, para o período das duas últimas décadas, em análises do mercado de trabalho. Como esse período recente se caracterizou, precisamente, por uma substituição do colono pelo "bóia-fria", com o desaparecimento da produção (e da renda) tradicional de alimentos, um aumento de salário deveria necessariamente ocorrer, mas sem qualquer implicação para o nível de renda real do trabalhador.

de benfeitorias, ao contrário, no que lembrava as “turmas” dos tempos da escravidão, eram realizados, sob rigorosa “supervisão” do feitor, por trabalhadores brasileiros, alforriados e camaradas. Famílias de brasileiros natos trabalhavam também como colonos.³³

No sistema de colonato, a carpa era realizada por tarefa: pela extensão da capina em uma dada área plantada com pés de café, o colono recebia um salário previamente combinado. A colheita, por outro lado, era paga em proporção ao volume dos frutos colhidos e entregues ao fazendeiro.

Simultaneamente, o trabalhador — ou melhor, a unidade familiar — tinha a possibilidade de produzir por conta própria em terras designadas na fazenda — que poderia ser entre os leirões dos cafezais — produtos alimentares básicos (milho, feijão, etc.). A criação de aves, de pequenos animais e o plantio de legumes, etc., eram também explorados nessa esfera de pequena produção. O alojamento era fornecido gratuitamente pela fazenda.³⁴

Para fins de análise do surgimento desse sistema, bem como das formas concretas que assumiu em diferentes circunstâncias, serão apresentados a seguir alguns elementos de um modelo simples, embora sem uma tentativa de formalização. O modelo tem por base

³³ Isto é claramente visto na descrição e fotos da Fazenda Santa Gertrudes, da forma apresentada por M. S. C. B. Bassanezi, “Fazenda de Santa Gertrudes: Uma Abordagem Quantitativa das Relações de Trabalho em uma Propriedade Paulista, 1895-1930”, tese de doutorado (São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, 1973). Ver também Dean, *op. cit.*, pp. 289-303. Uma questão que será deixada de fora de nossa discussão é o destino dos libertos *vis-à-vis* as fazendas, bem como dos pequenos produtores do período da escravidão. De passagem, poderíamos observar que, uma vez que eles eram de fato empregados nas fazendas, conforme mostra a evidência, parece que reconhecidos “preconceitos” de parte dos fazendeiros — os mesmos que por mais de 300 anos viviam a vida diária com os negros, enquanto escravos — pouco têm a ver com a suposta marginalização desses homens livres após a abolição.

³⁴ Com base em registros autênticos da Fazenda Santa Gertrudes referentes a 10-12 famílias, estimou Dean, *op. cit.*, p. 303, que em média, no período 1885/89, uma família de colono auferia uma renda de 500 mil-réis, dos quais 334 eram em dinheiro e os restantes 166 provinham da venda de milho (46 mil-réis) e o valor imputado da produção para consumo próprio (120 mil-réis). Dados sobre a importância relativa desses itens para a renda da família do colono são apresentados também por Holloway, *op. cit.*, pp. 96-105.

a “oferta ilimitada de mão-de-obra” no sistema — aspecto estrutural da economia cafeeira após a abolição, já discutido — e toma como dado o interesse do fazendeiro em minimizar os custos do trabalho por unidade de café produzido e colhido.

Dadas essas condições, a fazenda aloca seus recursos de mão-de-obra e terra segundo um padrão definido. Em particular, busca a determinação simultânea de: a) número de cafeeiros atribuídos a cada membro da família em idade de trabalhar; b) taxa salarial da tarefa de carpa; e c) taxa salarial de colheita por peça, de modo que, mesmo alocando todos os possíveis membros da família na carpa e colheita, a família do colono não possa satisfazer inteiramente suas necessidades de subsistência, que teriam, por conseguinte, de ser complementadas pela produção de produtos alimentares básicos. Contudo, na medida em que a produção de alimentos não pode implicar uma taxa mais alta de pagamento à unidade familiar em comparação com o café, o tamanho e a qualidade do lote de terra têm que ser determinados de forma consistente: na margem, para a família deve ser indiferente alocar uma unidade de trabalho a qualquer dos setores (café ou alimentos).³⁵ Tendo por pressuposto a *necessidade* de a unidade familiar satisfazer suas ne-

³⁵ Dean, *op. cit.*, pp. 310-311, percebeu o motivo por que a economia da plantação dependia crucialmente desse ponto: “A provisão de lotes de subsistência... continha o mesmo elemento de interesses em choque que haviam estado presentes no regime de *parceria*. O trabalhador tendia a fazer rápida e superficialmente a carpa a fim de devotar o máximo de tempo possível a suas culturas alimentares e comerciais...” Por outro lado, Holloway, *op. cit.*, p. 264, sintetizou assim a percepção de um fazendeiro sobre essa contradição: “... O objetivo do fazendeiro era manter sua oferta de mão-de-obra e ter seu café cultivado, enquanto o interesse do colono residia principalmente na produção de alimentos. Ramos admitia que o trabalho no café, do ponto de vista do colono, simbolizava ‘salários magros, disputados, e às vezes incertos’. Milho, de outro lado, simbolizava abundância e bem-estar. Significava polenta (a papa feita de milho que compõe a dieta do colono italiano), comida para as galinhas, ovos em abundância, porcos de engorda, carne de porco salgada, e carne defumada. Da venda do excedente de seus produtos alimentares o colono comprava roupas, vinho, e outras coisas necessárias. Café era dependência, subserviência, a fonte de conflitos justificados mas desagradáveis, desconfiança, e medidas disciplinares. Milho era liberdade de ação e autonomia econômica.” Naturalmente, o fazendeiro podia ver que o milho *não poderia* tornar-se tudo isso, e daí a importância crucial do tamanho e da qualidade do lote do colono.

cessidades de subsistência, a produção de alimentos básicos precisa, além disso, atender a outra condição: o valor dos alimentos básicos produzidos pela família do colono precisa ser mais alto do que o custo de oportunidade do fazendeiro, em lucros sacrificados no café, do lote de terra do colono. Esta última condição constitui o principal segredo do sistema de colonato, podendo-se mostrar facilmente que teria que ser atendida. Os custos de mão-de-obra da fazenda consistiam nos salários monetários da família do colono mais o custo de oportunidade do lote que ele explorava. Por outro lado, os custos de reprodução da força de trabalho — atendidos pela renda da família do colono — são dados pelos salários monetários do colono mais os alimentos básicos. É evidente, por conseguinte, que, na lógica econômica da fazenda, a produção de alimentos básicos pela família ocorre, e é reproduzida, apenas na medida em que o valor dos produtos alimentares básicos é mais alto do que o custo de oportunidade do lote: *para a fazenda, a produção desses alimentos transforma-se numa maneira de economizar em salários*. Na verdade, aloca terra à família até que, na margem, o valor dos alimentos seja igual ao custo de oportunidade da terra.

Precisamos compreender que para a fazenda havia a alternativa de alocar todo o trabalho da família do colono apenas ao café: bastava para isso aumentar o número de cafeeiros a serem cuidados pelos membros da família em idade de trabalhar. Evidentemente, neste caso a totalidade dos custos de reprodução da força de trabalho teria que ser atendida pelos salários monetários. No sistema de colonato, contudo, menos cafeeiros eram alocados a cada unidade familiar, de modo que algum tempo de trabalho podia ser reservado para a produção de alimentos básicos.³⁶ Por essa razão, tornavam-se

³⁶ Uma vez que a totalidade do tempo de trabalho da família não era, assim, alocada à atividade cafeeira durante o ano, a fazenda poderia facilmente satisfazer suas necessidades maiores de mão-de-obra nos períodos de pico, tais como na colheita de café. Por outro lado, nas épocas de dificuldades econômicas (devido a condições climáticas ou mercantis desfavoráveis), a produção alimentar poderia expandir-se absorvendo mais trabalho e terra, amortecendo assim as perdas monetárias dos fazendeiros, ao mesmo tempo em que se mantinha intacta a capacidade de trabalho necessária à retomada. O caráter altamente cíclico do mercado mundial de café, bem como os riscos climáticos da cultura, contribuíram, portanto, para a gênese e a permanência do sistema do colonato.

necessárias mais unidades familiares. No processo, porém, eram rebaixados os custos de mão-de-obra por unidade de café colhido.

Essa lógica econômica da fazenda torna-se possível, evidentemente, na base da premissa de uma estrutura sócio-econômica definida. Nessa estrutura, a reprodução das atividades de “subsistência” torna-se correlacionada, de maneira bem clara, com as atividades do setor capitalista (café). Disso, segue-se necessariamente também um desenvolvimento desigual das forças produtivas na dualidade café/alimentos.³⁷

É interessante verificar de que modo essa perspectiva analítica do sistema de colonato pode contribuir para esclarecer alguns importantes aspectos da economia cafeeira. Na medida em que a produtividade do trabalho em produtos alimentares básicos fosse mais alta nas novas fazendas (terras férteis), elas poderiam evidentemente atrair trabalhadores ainda que não incorressem em custos de mão-de-obra mais altos. Na verdade, dado o fato de que “as mudas de café eram plantadas com uma distância de três a quatro metros uma da outra a fim de haver pleno desenvolvimento das árvores”,³⁸ tornou-se possível o consorciamento de cereais, de modo que o custo de oportunidade da terra reduzia-se consideravelmente. Há mesmo evidências de que salários mais baixos eram especificados para a carpa.³⁹ Nas fazendas mais antigas, por outro lado, a falta de

³⁷ Está fora dos limites deste trabalho a análise das implicações desta produção de subsistência, dentro do setor capitalista, para as condições de mercado da produção alimentar levada a efeito *fora* das *plantations*, isto é, fora do setor exportador. Parece possível afirmar, contudo, que esse fato certamente contribuiu, de várias formas decisivas, para o desenvolvimento desigual das forças produtivas ao nível da agricultura tomada como um todo.

³⁸ Holloway, *op. cit.*, p. 261.

³⁹ Dean, *op. cit.*, p. 290. Um *referee* anônimo desta revista mencionou, contudo, que “as estatísticas de custo de produção em diferentes zonas, compiladas por J. C. Muniz e reproduzidas por Rowe [J. W. F. Rowe, *Brazilian Coffee*, London and Cambridge Economic Service, Special Memorandum n.º 3 (Londres, 1932), pp. 88-89], mostram que o custo monetário da mão-de-obra na colheita era, na segunda metade dos anos 20 em São Paulo, de 1\$920 por arroba para cafezais com idade entre 30 e 40 anos contra 2\$560 para cafezais com idade entre 4 e 20 anos”. Esse maior custo se explicaria, segundo esse *referee*, pela menor oferta de mão-de-obra assalariada nas zonas novas, “já que parte, ao menos, dos ex-colonos podem iniciar a produção de café”. Se essa possibilidade

terras férteis para serem alocadas à produção de alimentos, bem como a ausência de jovens cafeeiros, implicavam custos de mão-de-obra mais altos para a fazenda. Esta situação pode ser claramente percebida na citação, a seguir, das palavras de (possivelmente) um fazendeiro:

“A expansão da indústria cafeeira, na sua tendência de buscar novas terras em áreas previamente inexploradas, está atraindo atualmente para o interior trabalhadores antes localizados em áreas mais antigas. Os trabalhadores não permanecem nas zonas mais antigas porque não podem mais obter nelas a renda, igual ou talvez maior do que seus salários monetários, dos cereais, através dos quais as terras virgens resgatam amplamente o trabalho dos que as cultivam.

O resultado é que as fazendas dos municípios mais antigos estão sendo lentamente despovoadas. O fazendeiro, se não quer perder sua força de trabalho, tem que elevar os salários e fechar os olhos para a qualidade dos trabalhadores que o acaso lhe encaminha. Nas fazendas onde há atualmente novos cafezais ao lado de outros antigos, o problema é mais fácil de resolver. Um pequeno aumento nas taxas pelo cuidado dos velhos cafeeiros e pela colheita é em geral suficiente para reter o colono, que é compensado pela concessão de novos cafeeiros, entre os quais pode plantar milho e feijão. Nos casos em que há apenas velhos cafeeiros e, especialmente, quando o solo está exausto, torna-se sumamente difícil obter trabalhadores e em nada são promissoras as perspectivas para o futuro.”⁴⁰

Em uma palavra: a criação de novas fazendas poderia significar uma taxa mais alta de lucros exclusivamente devido aos seus custos

alternativa de produção de café na fronteira puder ser descartada para imigrantes recém-chegados (por não possuírem o capital necessário), e se efetivamente a política imigratória conseguiu manter um fluxo contínuo de novos imigrantes, então parece-nos ser ainda razoável admitir que a oferta de mão-de-obra assalariada, mesmo na fronteira, seria perfeitamente elástica ao nível da renda real total (salário mais autoconsumo) vigente nas zonas velhas. Sendo assim, o fazendeiro da fronteira poderia compensar a maior produtividade do trabalho na produção alimentar com um menor salário no trabalho cafeeiro.

⁴⁰ Como citado em Holloway, *op. cit.*, p. 285.

de mão-de-obra mais baixos, enquanto simultaneamente poderia implicar uma renda real mais alta para a unidade familiar em comparação com as fazendas mais antigas.⁴¹ Esse choque de interesses entre os dois tipos de fazendas pode contribuir para explicar por que o sistema de colonato — com sua combinação peculiar de um fundo de trabalho móvel, mas abundante — e não qualquer outro sistema, baseado em alguma forma de coerção extra-econômica, surgiu na lavoura cafeeira.⁴² As fazendas mais antigas que existissem em qualquer dado momento veriam o problema como de “instabilidade” da força de trabalho, a ser solucionado pela chegada contínua de novas ondas de imigrantes.⁴³ A outra solução possível — a coerção — enfrentaria a resistência dos fazendeiros da fronteira:

⁴¹ A atração de colonos para as fazendas mais novas, nesses termos, provinha de suas taxas de lucro mais elevadas relativamente às fazendas mais antigas. Havia então um incentivo para uma permanente abertura de novas fazendas (fronteira móvel), de tal modo que os colonos estavam sempre se transferindo. Sua mobilidade, portanto, refletiria a permanente coexistência de fazendas velhas e novas, as últimas liderando a expansão cafeeira e as primeiras em processo de decadência. A mobilidade do trabalho, conseqüentemente, não seria, como Holloway procurou argumentar, a *causa* do aparecimento dessa fronteira móvel, mas, ao contrário, o seu efeito. Ver Holloway, *op. cit.*, Cap. 6. e, também, “Condições do Mercado de Trabalho e Organização do Trabalho nas Plantações na Economia Cafeeira de São Paulo, 1885-1915”, in *Estudos Econômicos*, vol. 2, n.º 6, pp. 145-177, onde é apresentada uma versão preliminar desse seu argumento.

⁴² Com efeito, parece-nos necessário não considerar como “natural” essa ausência de coerção extra-econômica no período pós-abolicionista da produção cafeeira. Nessa mesma época histórica, cristalizava-se no México o *debt peonage*, no Peru o sistema de “enganche”, enquanto florescia em outras regiões o *contract labor*. Ver G. C. de Rezende, *op. cit.*, Cap. II, para esse tipo de evidência histórica mundial de trabalho compulsório após a abolição do escravismo.

⁴³ Como disse J. Fernando Carneiro, *Imigração e Colonização no Brasil* (Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950), p. 30: “... No caso das nossas fazendas de café, foi espantosa a instabilidade dos seus operários agrícolas, fossem eles negros libertos, luso-brasileiros ou italianos. Custa-se a crer como a fazenda de café conseguiu lutar e, durante um certo tempo, vencer uma tal situação. Essa instabilidade explica a luta dos fazendeiros para que sempre chegassem ao Brasil novos imigrantes. Era necessário que o seu número fosse muito acima das necessidades reais da lavoura, que a oferta de mão-de-obra excedesse de muito a procura, a fim de que os ‘colonos’ se contentassem com salários razoáveis [*sic*] e pudessem também ser substituídos com facilidade”.

“Uma vez que os fazendeiros concorriam entre si pelos trabalhadores, relutavam em permitir a intervenção estatal no mercado de trabalho rural”.⁴⁴ O fato de a “inundação” do mercado de trabalho por “indigentes” ter sido considerado como uma alternativa à coerção era abertamente reconhecido pelos fazendeiros:

“Em 1896, na mesma ocasião em que proclamava o sucesso do programa de imigração para compensar a instabilidade dos trabalhadores, o Secretário de Agricultura de São Paulo julgou conveniente observar que o sistema de ingressos grandes e constantes de imigrantes constituía um meio mais prático para solucionar o problema do que coagir os colonos a permanecer no mesmo lugar. A coerção, advertiu ele, teria efeito negativo, fazendo com que imigrantes potenciais evitassem São Paulo e levando os governos dos países fornecedores de mão-de-obra a restringir ou proibir a emigração para o Brasil.”⁴⁵

Essa liberdade de movimento do trabalhador, por outro lado, pode ter sido um fator crucial no destino dos imigrantes em São Paulo: podiam pelo menos voltar à Itália se as condições se tornassem insuportáveis ou dirigirem-se para as áreas urbanas e se tornarem operários industriais. Por seu turno, a concorrência entre grupos de fazendeiros pela força de trabalho pode ter constituído um fator poderoso que tornou possível, pelo menos para alguns colonos, deixar as fazendas e se transformarem em pequenos proprietários. Esta última possibilidade poderia ter sido ainda mais fortalecida pelo processo ininterrupto de decadência das velhas áreas, resultando no desmembramento de fazendas falidas. Além disso, o

⁴⁴ Ver Holloway, “Migration and Mobility...”, *op. cit.*, p. 301.

⁴⁵ *Ibid.*, pp. 290-291. Nas palavras de Taunay: “É impossível ter salários baixos, sem violência, se há poucos trabalhadores e muita gente querendo empregá-los”. Um outro membro da Câmara dos Deputados podia ver a solução desse dilema: “É evidente que precisamos de trabalhadores... de modo a aumentar a concorrência entre eles e assim manter os salários baixos por meio da lei da oferta e da procura”. (Citações em Hall, *op. cit.*, pp. 116-117.)

próprio conceito de *viveiros* demonstra que a pequena propriedade, sob a forma de minifúndios, não era necessariamente antagônica aos interesses dos fazendeiros.⁴⁶ Não obstante, graças à chegada contínua de novos imigrantes, havia substituição fácil daqueles que partiam por uma ou outra dessas maneiras: “No que interessa ao Governo de São Paulo, não parece ter havido qualquer coisa de especialmente fortuita nos grandes números de trabalhadores que deixam as fazendas. Em certo sentido, era parte integral do sistema. O Secretário de Agricultura admitia com toda franqueza que ‘grandes levadas’ de imigrantes teriam que ser importadas de tempos em tempos em virtude do que chamava de ‘deserções’ das fazendas.”⁴⁷

⁴⁶ Essas condições favoráveis à ascensão sócio-econômica dos imigrantes foram destacadas por Holloway, “Migration and Mobility...”, *op. cit.*, Caps. 6 e 7. Uma evidência de crescente importância de apropriação de terra por estrangeiros em São Paulo, conforme aparece nos censos sucessivos no período 1905/34, foi atribuída por ele a um processo de acumulação pelo imigrante *enquanto ainda um colono* na fazenda, em vez de ser *não obstante* a fazenda, como outros autores prefeririam colocar a questão. Por exemplo, mediante comparação dos salários dos colonos da Fazenda Santa Gertrudes com o valor médio das pequenas propriedades no Censo de 1905, Dean aponta que essas propriedades valiam “doze anos de salários monetários de uma família média de colono”. Por outro lado, uma inspeção mais cuidadosa dos nomes dos proprietários de terra “... revela claramente que o modesto sucesso inferido do censo pertencia não aos colonos, mas a imigrantes que eram comerciantes urbanos e profissionais liberais desde o início, ou que eram membros absentistas da *haut-bourgeoisie* de Santos e São Paulo... Pelo menos sete dos proprietários italianos nunca tinham sido trabalhadores agrícolas, e suas propriedades representavam 54 por cento do valor das propriedades de italianos”. (Ver Dean, *op. cit.*, pp. 323-324.) Dean aponta também que: “As remessas provenientes do Brasil para a Itália, nos anos anteriores à 1.ª Guerra Mundial, na forma de ordens de pagamento, montavam a não mais do que 2 mil-réis por imigrantes — um cinqüenta avos da taxa vinda dos Estados Unidos, embora os dois grupos de italianos fossem aproximadamente iguais em número por volta de 1910”. (Ver Dean, *op. cit.*, p. 328.) Esta questão, portanto, é altamente controversa entre os historiadores, e pesquisa adicional, de uma natureza quantitativa — por exemplo, usando dados de fato sobre os salários dos colonos e comparando-os com o capital necessário para se estabelecerem por conta própria — que não se limite a casos isolados, parece ser necessária. Os imigrantes não subsidiados, além disso, têm de ser mais pesquisados.

⁴⁷ Hall, *op. cit.*, p. 174.

3 — O surgimento do sistema de morador na lavoura canavieira — 1850/1900

3.1 — Propriedade da terra e oferta de mão-de-obra na economia canavieira do Nordeste

A análise do sistema de trabalho que substituiu o escravo africano na economia açucareira do Nordeste contribui também para esclarecer nossa proposição básica de que as condições que regulam a oferta de mão-de-obra à produção para a exportação na agricultura brasileira têm sido inseparáveis da estrutura sócio-econômica.

Pesquisa recente confirma em grande parte a caracterização geral seguinte do processo histórico, de autoria de Furtado:

“Na região nordestina as terras de utilização agrícola mais fácil já estavam ocupadas praticamente em sua totalidade, à época da abolição. Os escravos liberados que abandonaram os engenhos encontraram grandes dificuldades para sobreviver. Nas regiões urbanas pesava já um excedente de população que desde o começo do século constituía um problema social. Para o interior a economia de subsistência se expandira a grande distância e os sintomas da pressão demográfica sobre as terras semi-áridas do agreste e da caatinga se faziam sentir claramente. Essas duas barreiras limitaram a mobilidade da massa de escravos recém-liberados na região açucareira. Os deslocamentos se faziam de engenho para engenho e apenas uma fração reduzida filtrou-se fora da região. Não foi difícil, em tais condições, atrair e fixar uma parte substancial da antiga força de trabalho escravo mediante um salário relativamente baixo.”⁴⁸

Não apenas os ex-escravos foram assim “atraídos” e “fixados” nas *plantations* açucareiras. Parece que um processo de constituição gra-

⁴⁸ Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil* (Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1972), p. 138. A monopolização da terra pelas *plantations* açucareiras na Zona da Mata e uma análise detalhada do caso realmente impressionante de um município de Pernambuco (Escada) são discutidas em Peter Eisenberg, *The Sugar Industry in Pernambuco, 1840-1910* (Berkeley: University of California Press, 1974), Cap. 6.

dual de um sistema de trabalho livre desenvolveu-se na segunda metade do século XIX: enquanto por volta da década de 1850 “escravos superavam em número os trabalhadores livres em proporções de 3:1”, por volta de 1872 “os trabalhadores livres eram em número superior aos escravos em todas as ocupações”.⁴⁹

A fim de analisar essa transição, deve-se iniciar reconhecendo que, ao longo de toda a história da *plantation* açucareira, a população livre cresceu em número, mas num *status* sócio-econômico definido: em sua maioria esses homens livres eram “ocupantes”, conhecidos como *moradores*: “Executavam pequenas tarefas ocasionais para os plantadores, moravam freqüentemente em locais ermos dos domínios para vigiar a propriedade e em troca lhes era permitido construir uma choupana e cultivar uma pequena *roça*...”⁵⁰

⁴⁹ Eisenberg, *op. cit.*, p. 180.

⁵⁰ J. H. Galloway, “The Last Years of Slavery on the Sugar Plantations of Northeastern Brazil”, in *Hispanic American Historical Review*, vol. 51, n.º 4 (dezembro de 1971), p. 592. Eisenberg, *op. cit.*, p. 183, cita uma estimativa da época, segundo a qual esses moradores representavam 95% da população livre. Para descrições detalhadas dos moradores e sua inserção nas *plantations*, ver também J. H. Galloway, “The Sugar industry of Pernambuco during the Nineteenth Century”, in *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 58, n.º 2, pp. 291-292; Peter L. Eisenberg, “Abolishing Slavery: The Process on Pernambuco’s Sugar Plantations”, in *Hispanic American Historical Review*, vol. 52, n.º 4 (novembro de 1972), pp. 588-589; e Manoel Correia de Andrade, *A Terra e o Homem no Nordeste* (São Paulo: Brasiliense, 1964), pp. 78-79, 93-95 e 109-110. A condição despossuída dos moradores pode ser ilustrada com a seguinte citação: “Em fala presidencial de 1862 o presidente Souza Carvalho, das Alagoas, punha em relevo a pobreza da população rural. ‘Quem percorre o interior, observa, a par da extraordinária riqueza da vegetação inculta — dizia o presidente — as miseráveis choupanas que essa classe habita, a parcimônia, a nudez, a míngua em que vive’. Inércia e ociosidade é o que parecia ao presidente; mas na verdade, mais adiante ele próprio ia apontar, embora como pensamento de outros, a verdadeira causa da ociosidade: ‘Alguns atribuem em parte a ociosidade em que eles vivem à circunstância de morarem em terras alheias, cujos donos recusam vendê-las, ainda que não possam cultivá-las, e têm o arbítrio de obrigá-los a mudar-se inopinadamente’...” Ver Manuel Diégues Jr., *População e Açúcar no Nordeste do Brasil* (Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Alimentação, 1954), p. 165 (para uma discussão do “empobrecimento progressivo” dessa população rural livre, ver, também, pp. 151-166). Uma caracterização semelhante encontra-se em Eisenberg, *The Sugar Industry...*, *op. cit.*, p. 184.

Enquanto esses pequenos produtores e sua produção de subsistência inseriam-se dessa maneira subordinada no sistema de *plantation*, os fazendeiros, conquanto fossem os donos da maior parte da Zona da Mata, “usavam produtivamente pouquíssimo da mesma. Na década de 1850, os fazendeiros, com toda probabilidade, exploravam não mais de um quinto das terras disponíveis...”⁵¹ (Poder-se-ia talvez dizer que esta situação de acesso precário à terra pelos moradores refletia, além de, evidentemente, a condição de destituídos de propriedade, o aspecto estrutural de subordinação da produção de subsistência *vis-à-vis*, agora, a produção de açúcar: o fato de que essa situação de terra e mão-de-obra “não usadas” não deve ser considerada como implicando uma “irracionalidade econômica” é sugerido em virtude de que o fazendeiro *na verdade* arrendava terras — mas para o plantio de cana-de-açúcar — a uma classe de arrendatários possuidores de escravos.)⁵²

Baseada nessas condições estruturais, a economia açucareira, embora conseguindo expandir a produção de uma “média anual de 61.000 toneladas em fins da década de 1840 para 136.000 toneladas em fins da década de 1880”,⁵³ ao mesmo tempo que sua força de tra-

⁵¹ Ver Eisenberg, *The Sugar Industry...*, *op. cit.*, p. 123. Galloway, “The Sugar Industry...”, *op. cit.*, p. 290, informa que: “Essas *plantations* formavam parte de grandes propriedades, mensuráveis em milhas quadradas em vez de acres, que se originaram de concessões generosas de terra, ou *sesmarias*, concedidas a governadores coloniais ou influentes, como compensação por serviços prestados, mas também na esperança de que os novos proprietários ajudassem na colonização e no desenvolvimento da colônia. As terras cultivadas e de pastagem, de fato a *plantation*, ocupavam somente uma parte desses vastos domínios. As *plantations*, portanto, freqüentemente mantinham uma grande distância entre si, especialmente ao Sul de Recife; e a paisagem da Zona da Mata no início do século dezanove, mesmo após 250 anos de colonização, era ainda dominada por matas”.

⁵² Para uma discussão exaustiva desse “sistema de parceria”, ver S. B. Schwartz, “Free Labor in Slave Economy: The Lavradores de Cana of Colonial Bahia”, in D. Alden (ed.), *Colonial Roots of Modern Brazil* (Berkeley: University of California Press, 1973), pp. 147-197. Ver também Eisenberg, *The Sugar Industry...*, *op. cit.*, pp. 191-194.

⁵³ Eisenberg, “Abolishing Slavery...”, *op. cit.*, p. 588. Para uma análise da expansão das usinas nesse período, ver, também, do mesmo autor, *The Sugar Industry...*, *op. cit.*, pp. 123-126. Galloway, “The Sugar Industry...”, *op. cit.*, por outro lado, apresenta uma comparação interessante entre a economia açucareira nordestina e as economias açucareiras do Caribe.

balho escravo entrava em acentuado declínio, não teve que enfrentar uma “crise de mão-de-obra”, como acontecera com o café:

“A resposta à ameaça representada pela abolição do escravismo ocorreu não através da introdução do trabalho assalariado ou da imigração, mas através de uma mudança na natureza de uma classe de ocupantes há muito tempo existente nas fazendas — os *moradores*. Destes se exigia agora que trabalhassem nas terras do senhor em troca do uso de um lote e a expressão *morador de condição* tornou-se corrente para designar esses ocupantes. Aumentou o volume dessa classe, mais indivíduos receberam permissão para se estabelecerem nas fazendas dando trabalho em troca, e alguns deles ficaram presos pelo endividamento às fazendas. Foi gradual a transição na função de morador e parece que teve início em meados do século XIX. Tornando-se mais difícil adquirir escravos e aumentando as necessidades de mão-de-obra da indústria açucareira, elevou-se também o número dos *moradores de condição*...

*Para que esse sistema de trabalho tivesse êxito, era essencial que os fazendeiros desfrutassem o monopólio ou o quase monopólio da terra da zona da mata. Nas zonas onde havia terras abundantes não reclamadas, o homem livre podia estabelecer-se como pequeno possessor e destarte evitar transformar-se em morador. A grande propriedade, portanto, era essencial à preservação da oferta de mão-de-obra...*⁵⁴ (Grifos nossos.)

Além disso, concomitante com a imposição ao morador de tal “condição”, passou a ocorrer também uma migração sazonal dos corumbas do agreste,⁵⁵ o que é coerente com a alegação de Furtado

⁵⁴ Galloway, “The Last Years...”, *op. cit.*, pp. 601-602. Um quadro semelhante é proposto em Eisenberg, “Abolishing Slavery...”, *op. cit.*, pp. 588-589, e *The Sugar Industry...*, *op. cit.*, Cap. 8.

⁵⁵ Eisenberg, “Abolishing Slavery...”, *op. cit.*, p. 589, sugere que: “Durante os períodos de pico de colheita, esses migrantes podem ter representado até 45 por cento da força de trabalho da *plantation*...” M. C. de Andrade, *op. cit.*, pp. 119-122, apresenta uma descrição elucidativa desses corumbas.

a respeito da existência de “pressão demográfica nas terras semi-áridas do agreste e da caatinga”.⁵⁶

3.2 — Uma análise econômica do sistema de morador

A análise da lógica interna do sistema de morador mostra que, se por um lado esse sistema fundamentava-se na subordinação sócio-econômica do trabalhador, por outro tornou-se simultaneamente responsável pela reprodução do trabalhador nessa mesma situação destituída.

Consideremos, inicialmente, a decisão tomada pelo fazendeiro de conceder ao morador um lote de terra *com a condição* de que trabalhe, sem remuneração, nos canaviais. É claro que o custo para a fazenda do trabalho realizado nos canaviais pelo trabalhador é o custo de oportunidade do lote. Uma vez que é necessário que ele tire sua subsistência do referido lote, nenhuma alternativa lhe resta senão usar qualquer extensão de terra que o fazendeiro lhe ceda. Nesta base, para a fazenda torna-se possível destinar um lote relativamente pequeno, que será intensivamente explorado pelo morador.⁵⁷ Nessas condições, o barateamento do custo de mão-de-obra é conseguido pela exigência a cada família de morador do máximo possível de trabalho no canavial, uma vez que cada unidade de trabalho terá, desta maneira, seu custo minimizado (o custo de

⁵⁶ Celso Furtado, *op. cit.*, p. 160. Para evidências de que os ex-escravos de fato permaneceram na Zona da Mata, ver Eisenberg, *The Sugar Industry...*, *op. cit.*, pp. 180-182. Otavio G. Velho, “Models of Capitalist Development, Peasantry and the Moving Frontier”, tese de doutorado (Universidade de Manchester, 1973), pp. 186-189, defende também que uma “população excedente” já caracterizava as principais regiões nordestinas depois de 1850.

⁵⁷ Em seu modelo de “hacienda”, Shane Hunt, “The Economics of Haciendas and Plantations in Latin America”, Discussion Paper n.º 29 (Research Program in Economic Development, Woodrow Wilson School, Universidade de Princeton, outubro de 1972), atribuiu ao *grande tamanho* da “hacienda” o baixo custo de oportunidade do lote de terra, uma vez que a produtividade marginal da terra seria então negligível. No minifúndio — o lote de terra — Hunt admite, contudo, um produto marginal do trabalho decrescente, o que não é outra coisa senão um resultado da exigência de subsistência a ser satisfeita no minifúndio.

oportunidade é uma soma fixa por família). Assim, a família do morador enfrenta não só a necessidade de produzir seus meios de subsistência em um pequeno lote — o que em si implica baixo padrão de vida — mas, além disso, dela se exige que faça o máximo de esforço na produção de açúcar. Disso tudo resulta: a) baixo padrão de vida do trabalhador; b) extração do volume máximo de trabalho da família; c) restrições definidas às possibilidades de desenvolvimento da produção de produtos alimentares básicos; mas, também, d) custo de mão-de-obra mínimo por unidade de açúcar produzida. Dessa maneira, o engenho desenvolve a tendência de empregar grande número de famílias “coletando” certo volume de trabalho de cada uma delas.

É interessante notar, de passagem, que um modo semelhante de alocação de trabalho escravo parece ter sido característico da economia açucareira do Nordeste em sua longa história. A escravidão em si, evidentemente, deu ao senhor de engenho poder absoluto sobre essa alocação nas flutuações cíclicas do mercado açucareiro. Nenhum poder dessa natureza, por outro lado, aparentemente existiu no sistema de morador. A análise das maneiras alternativas através das quais o engenho solucionou esse problema lança luz sobre *o papel historicamente novo que as formas de posse e uso da terra começaram a desempenhar na lavoura canavieira.*⁵⁸

⁵⁸ Celso Furtado, “A Estrutura Agrária no Subdesenvolvimento Brasileiro”, in *Análise do ‘Modelo’ Brasileiro* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972), numa perspectiva geral da agricultura brasileira, enfatiza bastante o papel crucial do controle sobre a terra, exercido no sistema de *plantation*, para a “consolidação das posições adquiridas com base na escravidão” (p. 107). Parece-nos interessante citar um autor americano (ver E. T. Thompson, “The Natural History of Agricultural Labor in the South”, in David D. Jackson (ed.), *American Studies in Honor of William Kenneth Boyd* (Durham: Duke University Press, 1940), p. 148) que apresenta uma perspectiva semelhante do sul dos Estados Unidos, após a abolição da escravatura:

“Depois da guerra o papel do plantador [*planter*] como senhor reduziu-se consideravelmente, mas seu papel como proprietário de terra tornou-se muito mais importante. O plantador e o trabalhador, no correr do tempo, estabeleceram relações mútuas que se baseavam nas relações de cada um com a terra. *A terra começou a entrar nas relações sociais e na organização social numa nova e diferente maneira. Na sociedade rural sulista a terra passou a ser uma massa de posses e tenências de uma espécie ou outra, que se*

É evidente que há um limite ao volume alocado ao açúcar por esse mecanismo, porquanto há também um mínimo de tempo de trabalho que tem que ser alocado pela família ao seu lote, dadas as suas necessidades de subsistência. Na medida, contudo, em que maior ou menor parte dessas necessidades de subsistência possam ser satisfeitas pelo engenho, sob a forma de *salário*, maior ou menor proporção do trabalho anteriormente alocado ao lote pode ser transferida para a produção de açúcar.⁵⁹

Na medida em que o senhor de engenho, tendo em vista o controle que exerce sobre o uso da terra, pode determinar o tamanho e qualidade do lote, estabelece simultaneamente o produto marginal do trabalho no minifúndio (o lote), dadas as necessidades de subsistência do trabalhador. Pode, por conseguinte, satisfazer suas necessidades de mão-de-obra oferecendo a taxa salarial dada por esse produto marginal do trabalho, de tal maneira que o morador termine atendendo apenas às necessidades *mínimas* de subsistência (com ambas as fontes de renda), ao mesmo tempo que exerça sua capacidade de trabalho *máxima*. Todas e quaisquer necessidades de mão-de-obra da indústria açucareira são atendidas, desta maneira, com o mínimo de custo de mão-de-obra, graças à manipulação da extensão e qualidade do lote, bem como do “salário” pago pelo engenho pelo trabalho do morador nos campos.⁶⁰

estenderam como uma rede a quase todas as propriedades e que mantinham quase todo indivíduo em suas malhas... Em resumo, a terra começou a funcionar em formas novas e diferentes na determinação da organização social sulista.” (Grifos nossos.)

⁵⁹ De acordo com Moacyr Palmeira, “Casa e Trabalho: Nota sobre as Relações Sociais na *Plantation* Tradicional”, in *Contraponto*, ano II, n.º 2 (1977), pp. 103-114, o morador não recebia qualquer salário, caso trabalhasse até dois dias por semana; se, contudo, trabalhasse três dias, receberia um pagamento monetário que aumentava mais que proporcionalmente à medida que ele passasse a trabalhar quatro, cinco ou seis dias (ver pp. 107-108).

⁶⁰ Hunt, *op. cit.*, em sua “economia da hacienda”, chega às mesmas conclusões, numa contribuição realmente interessante. Ver também, a esse respeito, A. Z. Schejman, “Elementos para una Teoría de la Economía Campesina: Pequeños Proprietarios y Campesinos de Hacienda”, in *El Trimestre Económico*, vol. 42, n.º 166, pp. 487-508.

Parece evidente que esse sistema “concentra em seu âmago duas economias com interesses concorrentes”.⁶¹ Por conseguinte, só de um modo inerentemente autoritário pode ser realizada essa lógica econômica. Por essa razão, é correto caracterizá-lo como um *sistema de poder*.⁶²

Considerando, agora, que nesse sistema o trabalhador tenha liberdade para deslocar-se, surge à plena luz a conexão orgânica entre alternativas precárias fora dos engenhos — no minifúndio e na fronteira em movimento — e a reprodução desse modo de alocação de mão-de-obra e apropriação da renda em qualquer engenho isolado.⁶³

4 — Sumário e conclusões

Nas seções anteriores, na experiência histórica brasileira representada pela transição do trabalho escravo para o trabalho livre nas lavouras cafeeira paulista e açucareira nordestina, este trabalho buscou subsídios para um argumento de cunho analítico, qual seja, o de que

⁶¹ Schejtman, *op. cit.*, p. 503. A natureza contraditória da simbiose economia do proprietário/economia do camponês, bem como os padrões históricos divergentes de evolução, são discutidos em Cristobal Kay, “Comparative Development of the European Manorial System and the Latin American Hacienda System”, in *The Journal of Peasant Studies*, vol. 2, n.º 1 (outubro de 1974), pp. 69-98.

⁶² Furtado, “A Estrutura Agrária...”, *op. cit.*, p. 107. Cf., também, Palmeira, *op. cit.*

⁶³ Furtado, “A Estrutura Agrária...”, *op. cit.*, pp. 106-107 e 115, sugeriu, em especial, que a determinação do que chama de “preço de oferta da mão-de-obra rural” fundamenta-se precisamente nas alternativas precárias que são deixadas ao trabalhador: “As alternativas que se apresentam ao trabalhador livre são integrar-se numa empresa agromercantil sob uma das múltiplas formas de relação de trabalho — como morador, foreiro, rendeiro, arrendatário, trabalhador assalariado, colono, etc. — ou abrir uma roça por conta própria em terras de pequeno valor comercial. Como o homem que pratica agricultura tropical a nível técnico rudimentar e baixa capitalização será necessariamente um agricultor itinerante, serão as precárias condições de vida do roceiro itinerante, em terras marginais, que determinarão o ‘preço de oferta da mão-de-obra rural’... o homem do campo deve optar entre a roça individual em terras de inferior rendimento econômico e a tutela da empresa agromercantil”.

as condições determinantes da oferta de mão-de-obra assalariada e da dinâmica da agricultura de subsistência no Brasil não podem ser analisadas abstraindo-se a influência das relações sociais de produção no campo.

Como corolário desse argumento principal, parece-nos possível apontar algumas limitações do modelo dualista e da parábola neoclássica, enquanto paradigmas de análise dessa experiência brasileira.

No que interessa aos modelos dualistas, eles são inadequados pelos menos por duas razões.⁶⁴ Em primeiro lugar, tendo em vista a conceituação dualista de “oferta ilimitada de mão-de-obra” como algo que é determinado de fora do “setor capitalista” (ou “setor moderno”): em outras palavras, pelo fato de que se postula nesses modelos que as condições determinantes da oferta de mão-de-obra são dadas exogenamente (ou externamente, ou ainda previamente) a esse setor capitalista (no “setor tradicional”, “de subsistência”). Procuramos, contudo, formular uma análise em que essas condições determinantes da oferta de mão-de-obra devem ser entendidas como um aspecto estrutural do “setor capitalista”. De sua própria criação, poderíamos dizer.⁶⁵

Em segundo lugar, o modelo dualista é inadequado pela relação postulada entre o “setor capitalista” e o “setor de subsistência”. Nessa relação, a expansão do primeiro não só se vale do segundo, independentemente dado, mas gera progressivamente o desenvolvimento geral da divisão do trabalho, da monetização da economia

⁶⁴ O modelo dualista clássico é, naturalmente, o de W. Arthur Lewis, “Economic Development with Unlimited Supplies of Labour”, in *Manchester School of Economics and Social Studies*, n.º 22 (maio de 1954), pp. 139-191. A crítica a ser proposta estende-se ainda com mais força às versões neoclássicas do dualismo, como aquelas de Dale W. Jorgenson e Gustav Ranis e John C. Fei.

⁶⁵ A um nível teórico mais fundamental, seria possível compreender melhor essa inadequação do modelo dualista como resultado de uma percepção “naturalista” ou a-histórica da oferta de trabalho *assalariado* — e da produção *capitalista* — cujo caráter histórico a análise marxista, mais do que qualquer outra, salienta como questão teórica básica. Com efeito, é bem conhecida a importância, na economia marxista, do conceito de *proletarização*, entendido como um processo histórico de constituição da força de trabalho como mercadoria. Ver os capítulos clássicos sobre a “assim chamada acumulação primitiva” e a “teoria moderna da colonização” em Karl Marx, *O Capital*, Vol. I, Parte VIII.

e, assim, também do capitalismo. Não se conceitua, portanto, um desenvolvimento desigual das forças produtivas (culturas de exportação/alimentares), nem tampouco um desenvolvimento combinado de formas de produção heterogêneas (capitalista e não-capitalista). Em vez disso, nossa evidência histórica indica, precisamente, uma relação muito mais complexa, caracterizada pela reconstrução contínua do “setor de subsistência”, não importando a taxa de expansão da produção para exportação.⁶⁶ A explicação desse aparente paradoxo é simplesmente o papel desempenhado pelo “setor de subsistência” na reprodução da força de trabalho e, desta maneira, do próprio “setor capitalista”. Daí também o nível técnico relativamente atrasado do “setor de subsistência”, devido a essa articulação subordinada ao “setor capitalista”, ou, em outras palavras: daí o desenvolvimento necessariamente desigual das forças produtivas na agricultura, ao longo de culturas de exportação (“culturas de ricos”) / culturas de alimentos (“culturas de pobres”).⁶⁷ Este aspecto estrutural, historicamente constituído, da produção agrícola brasileira, tem provavelmente relevância para a discussão atual do “problema

⁶⁶ Para uma discussão mais completa deste ponto, seria necessário incorporar à análise as formas de pequena produção independente, fora das *plantations*, que certamente constituem o segmento mais importante do “setor de subsistência”, na tradição dualista. Como foi dito antes (ver nota de rodapé 37), deixou-se fora deste trabalho a questão das implicações da produção de subsistência dentro das *plantations* sobre as condições de mercado desta pequena produção alimentar fora das *plantations*, e conseqüentemente também sobre o desenvolvimento desigual das forças produtivas no setor agrícola em seu conjunto. Usando dados de amostra relativos ao ano agrícola de 1971/72, a estrutura formada pela articulação pequena produção/produção capitalista, na região caucira da Bahia, é analisada em G. C. de Rezende, “Produção, Emprego e Estrutura Agrária na Região Cacaueira da Bahia”, in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 8, n.º 1 (abril de 1978), pp. 83-116 (publicado também em inglês em *Brazilian Economic Studies*, n.º 4, pp. 141-172). Para a análise com dados do Censo Agrícola de 1970, para o Nordeste como um todo, ver G. C. de Rezende, “Estrutura Agrária, Produção e Emprego no Nordeste”, in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 9, n.º 1 (abril de 1979), pp. 33-82.

⁶⁷ Como colocado de modo feliz por Andre Corten, “Valor de la Fuerza de Trabajo y Formas de Proletarización”, in *Revista Latinoamericana de Sociología* (Nueva Época), n.º 1 (1974), p. 46, “... as condições materiais de produção dos bens de subsistência estão relacionadas às condições sociais de inserção de camponeses e trabalhadores no processo de produção”.

da produção de alimentos”, que se expressa na taxa de crescimento negativa (2% ao ano no período 1969/76) da produção de culturas como as do feijão e da mandioca.⁶⁸

Quanto à inadequação da “parábola” neoclássica,⁶⁹ torna-se claro, especialmente no tocante ao café, *como e porquê* a razão trabalho/terra, que caracterizou ao longo da história o setor agrícola brasileiro, tem sido irrelevante no que interessa aos salários reais e ao nível técnico, não obstante o que se poderia ter esperado na base dessa parábola.⁷⁰ O ponto básico aqui é que independentemente da relação quantitativa (disponibilidade relativa) entre a terra e a mão-de-obra, enquanto fatores de produção (em sua *forma natural*, por assim dizer), o que tem sido crucial é a *forma social* assumida pelo

⁶⁸ Ver José Roberto M. de Barros e Douglas H. Graham, “A Agricultura Brasileira e o Problema da Produção de Alimentos”, in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 8, n.º 3 (dezembro de 1978), pp. 695-726. Ver, também, F. B. Homem de Melo, “Políticas de Desenvolvimento Agrícola no Brasil”, in J. Sayad (org.), *Resenhas de Economia Brasileira* (São Paulo: ANPEC, 1979).

⁶⁹ O paradigma da “parábola” neoclássica é aquele colocado em questão no recente debate sobre a teoria do capital. Ver, por exemplo, Donald J. Harris, “Um *Post-Mortem* à ‘Parábola’ Neoclássica”, in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 4, n.º 3 (dezembro de 1974), pp. 563-600, e, do mesmo autor, *Capital Accumulation and Income Distribution* (Stanford: Stanford University Press, 1978), Cap. 9. A designação de “parábola”, como se sabe, é devida a Samuelson, em artigos hoje famosos. Cf. P. A. Samuelson, “Parable and Realism in Capital Theory: The Surrogate Production Function”, in *Review of Economic Studies* (junho de 1962), pp. 193-206, e “A Summing Up”, in *Quarterly Journal of Economics* (novembro de 1966), pp. 538-583.

⁷⁰ Essa inadequação da parábola neoclássica foi implicitamente proposta por Leff, ao afirmar que: “Os mecanismos institucionais empregados para permitir baixos custos de mão-de-obra e controlar o acesso à terra se combinaram para impedir que as dotações ‘reais’ dos fatores induzissem uma forma de exploração agrícola de alta produtividade do trabalho”. Ver N. H. Leff, “Economic Retardation in Nineteenth Century Brazil”, in *The Economic History Review*, vol. 25, n.º 3 (agosto de 1972), p. 506. Por isso, diz Leff (p. 491): “Em uma perspectiva comparativa, a experiência brasileira sugere como foi relativamente secundária *per se* a abundância de terra no desenvolvimento econômico dos Estados Unidos”. Refira-se, de passagem, à “hipótese de inovação induzida” (Hayami e Ruttan), que se funda, precisamente, na relação terra/mão-de-obra, e por isso tem sua pretensão de generalidade fortemente negada pela experiência histórica brasileira. Ver Y. Hayami e V. W. Ruttan, *Agricultural Development: An International Perspective* (Baltimore e Londres: The John Hopkins Press, 1971).

trabalho e pela terra.⁷¹ Erraria inteiramente o alvo, por exemplo, tentar analisar de que maneira se estabelecia um preço para o trabalho, no período escravista, com abstração da relação escravo/senhor — uma relação no mundo de *homens* (e, conseqüentemente, também no mundo da história), e não no mundo de *coisas* (no mundo natural), ao qual pertence a razão terra/trabalho. Tampouco pode a falta de alternativas ao trabalho na plantação transformar-se em atributo inerente do trabalho ofertado pelo colono ou morador. Ao contrário, trata-se de um caráter historicamente relativo (ou social), inteiramente estranho à forma natural desse trabalho.

Esta discussão permite-nos propor ser também inadequado interpretar a inserção do Brasil na economia internacional, no século XIX, como refletindo uma alocação “mais eficiente” da dotação *dada* de recursos em face de crescentes oportunidades de comércio, conforme a teoria neoclássica (Heckscher-Ohlin) de comércio internacional. Nesta conexão, como resultado de seu estudo da experiência geral dos “países subdesenvolvidos tropicais”, exigiu Myint que “fosse suspensa a abordagem Heckscher-Ohlin em termos de ‘dotações originais de fatores.’”⁷²

(*Originais recebidos em agosto de 1979. Revistos em dezembro de 1979.*)

⁷¹ A *forma social* (ou *histórica*) de um fator de produção é contraposta, de maneira sistemática, à sua *forma natural* (ou *material-técnica*), em I. I. Rubin, *Essays on Marx's Theory of Value* (Detroit: Black and Red, 1972), csp. Caps. 2 e 5.

⁷² H. Myint, “The Gains from International Trade and the Backward Countries”, in *Review of Economics Studies*, vol. 22 (1955), p. 136. É interessante, neste contexto, referir também a conclusão de outro estudo, segundo o qual, “do século dezesseis até a depressão dos 30, a operação da maioria das atividades exportadoras, fora as lavouras de camponeses, dependia da oferta de mão-de-obra que migrava internacionalmente.” Ver J. V. Levin, *The Export Economies* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1960), p. 143.